

VOLUNTÁRIOS BRASILEIROS NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939): MEMÓRIA E MILITÂNCIA POLÍTICA

Marco Antônio Machado Lima Pereira¹

Introdução

De início, convém examinar as relações entre os militares e a política no Brasil no período republicano para compreender como se deu a formação dessa pequena fração de militantes de esquerda² – em sua grande maioria militares de patente e, o que é curioso, quase todos na casa dos vinte anos. Em seguida, a proposta é traçar um quadro mais amplo das principais forças políticas que emergiram no país com o advento da Revolução de 1930, com o intuito de investigar em que contexto histórico específico se deu a participação dos militares brasileiros no drama da Espanha republicana.

Importante recordar que boa parte dos oficiais do fim do Império e da primeira década da República foi formada na Escola Militar da Praia Vermelha. Com a entrada do positivismo na Escola Militar, sobretudo a partir do ingresso de Benjamin Constant³ como professor da Escola (1872), a ênfase recaiu sobre o ensino de Matemática,

¹ Possui graduação em História (Licenciatura/Bacharelado) pela Universidade Federal de Ouro Preto (2007) e Mestrado em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Franca (2010). Atualmente é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² É válido ressaltar que não existe uma única esquerda, mas muitas esquerdas, assim como, de resto, muitas direitas. Em outras palavras, “sustentar que existem muitas esquerdas significa reafirmar a tese tradicional segundo a qual deve existir um critério para distinguir a esquerda da direita” (p. 64). Nos últimos séculos, diz Bobbio, “o que tem distinguido a esquerda em todas as suas formas – tanto as ‘funcionalmente positivas’ quanto as ‘funcionalmente negativas’ – é aquilo que costumou definir como ‘ethos’ (que também é ‘pathos’) da igualdade” (p. 177), que inspirou tanto a Revolução Russa quanto as social-democracias européias. BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (Trad. Marco Aurélio Nogueira). 2ª ed. (revista e ampliada). São Paulo: Editora UNESP, 2001.

³ É digno de nota que para o ex-tenente de artilharia Apolônio de Carvalho um dos motivos de orgulho de seu pai foi ter sido cadete de Benjamin Constant e, igualmente, ter participado da luta pela República: “Tornou-se um jovem oficial muito ligado às massas, o que o levou a choques que mais tarde conduziriam à sua reforma precipitada. Esse espírito de meu pai, pela democracia e pelas liberdades democráticas, desbordou naturalmente na formação familiar. Assim, meu irmão mais velho e os demais participaram da luta contra a ditadura Bernardes e, na minha juventude, nos anos 30, eu também entraria na luta, num período em que a classe operária começava a surgir no plano nacional, e num momento em que a única vanguarda era o Partido Comunista Brasileiro”. CARVALHO, Apolônio de. Entrevista. *Pasquim*, Rio de Janeiro, ano XI, nº. 532, 7-13 de setembro, 1979.

Filosofia e Letras em detrimento das disciplinas militares. Para José Murilo de Carvalho, este foi o ambiente propício para a aceitação da ideia do “soldado-cidadão” que, desde a proclamação da República, passou a pertencer à ideologia das intervenções militares no Brasil (CARVALHO, 1978: 196). Tal quadro somente viria a ser alterado a partir da abertura da Escola Militar do Realengo, em 1911. Com uma maior preocupação em formar profissionais, aliado ao relativo isolamento físico, o comportamento político dessa nova Escola fora alterado de maneira significativa.

Mais adiante, o autor chama atenção para o rápido crescimento da organização, concomitante ao aumento de seu poder, levando em conta que a população do país cresceu 162% entre 1890 e 1930 e os efetivos cresceram em 220% (CARVALHO, 1978: 201). No que tange aos aspectos estruturais da organização militar, José Murilo de Carvalho sublinha:

A grande predominância numérica dos tenentes, aliada ao baixo grau de controle hierárquico dentro da organização, dava a este grupo de oficiais condições privilegiadas de rebelião. As lentas promoções contribuía gerando insatisfação profissional. E as origens sociais e o treinamento destes oficiais introduziam motivações externas para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório (CARVALHO, 1978: 208).

Retomando a ideia de soldado-cidadão, cabe destacar que “esta concepção foi desenvolvida por jornalistas republicanos, com a expressa finalidade de incitar os militares a intervir na política e criar embaraços ao governo imperial”. Ademais, “ao mesmo tempo que era instrumento de afirmação militar, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento da organização em relação a sociedade civil, especialmente a elite política” (CARVALHO, 1978: 210).

Cabe salientar que o ambiente forjado pela revolução acirrou ainda mais o debate sobre os rumos que a sociedade brasileira deveria tomar. Diversos setores da sociedade compunham tal quadro de efervescência política, particularmente jovens militares, intelectuais, profissionais liberais, estudantes, lideranças políticas, comunistas, socialistas e também setores da Igreja, integralistas, políticos tradicionais e dissidências políticas (VIANNA, 2003: 65). No entanto, os grupos que lideravam as discussões eram aqueles que tiveram acesso ao ensino superior, tais como: profissionais liberais, estudantes e os tenentes.

É necessário ter em mente o nível de baixa representatividade política de tais grupos, pois os únicos partidos em âmbito nacional minimamente estruturados em termos de organização e programa ideológico eram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, e a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932. Não obstante, o Partido Comunista e a esquerda em geral não tiveram no Brasil o peso político das esquerdas de outros países do continente, como o Chile, o Uruguai e a Argentina (SADER, 1995: 67).

Ao se debruçar sobre a história do pensamento marxista no Brasil, Leandro Konder, em um importante estudo atesta que no momento em que se deu a formação do PCB praticamente todos os membros fundadores da nova agremiação, oriundos principalmente do anarco-sindicalismo, tinham noções extremamente vagas a respeito da perspectiva teórica de Marx, não manifestando qualquer vocação especial para o modo de pensar dialético. Deste modo, a dialética, “com o caráter filosófico com que Marx a propunha, não podia ser efetivamente assimilada e desenvolvida num ambiente tão marcado pela depreciação da filosofia” (KONDER, 1988: 199).

Mesmo que a Revolução de 1930 tenha sido dirigida em nome dos interesses de grupos pertencentes à classe dominante, visto que não pretendia transformar radicalmente a estrutura produtiva do país, o movimento teve em sua vanguarda os jovens tenentes. De acordo com Marly Vianna, no início de 1930 uma pequena parte do movimento tenentista permaneceu ao lado de Luiz Carlos Prestes (que anunciou sua adesão ao comunismo em manifesto lançado em maio de 1930), entretanto, a grande maioria dos tenentes revolucionários apoiou Vargas.

Recebendo críticas contundentes, o movimento liderado por Getúlio Vargas era considerado por Prestes como uma traição aos ideais dos tenentes dos anos 1920, que lutavam pela conquista da cidadania que a República vislumbrava implantar. Paradoxalmente, os jovens tenentes pró-Vargas, cuja principal bandeira era a democracia política, estavam ligados de forma direta ou indireta aos setores dominantes da sociedade brasileira. Dentro da ótica dos tenentes, os operários deveriam ser colocados sob sua proteção e tutela, levando em conta que seriam incapazes culturalmente de se representar enquanto classe. Seguindo as observações de Marly Vianna, as mudanças advindas com a eclosão da Revolução de 1930

[...] não solucionaram os problemas econômicos e sociais do país nem os anseios democráticos de parte da população. As medidas de Getúlio Vargas remodelaram o Estado e beneficiaram a classe operária, embora subordinando-a ao Ministério do Trabalho, mas não modificaram a estrutura produtiva nem as relações sociais, e estavam longe de satisfazer àqueles que desejavam mudanças mais radicais (VIANNA, 2003: 68).

Importante não esquecer que, face ao colapso do Estado de democracia liberal e do capitalismo de livre concorrência, fatos intimamente ligados à quebra da Bolsa de Nova York em 1929, a implementação de Estados fortes com feições autoritárias era apontada como saída para a crise, tanto à direita como à esquerda do espectro político. Em síntese, embora lutassem em campos opostos pela hegemonia política, tanto a Ação Integralista Brasileira (AIB) como o próprio Partido Comunista do Brasil (PCB) viam com simpatia o fortalecimento do Estado.

Vale também mencionar que a Ação Integralista Brasileira, fundada por Plínio Salgado, foi um movimento que surgiu dentro do contexto da crise político-cultural característico dos anos 1930 que visava influir sobre os rumos ideológicos do novo regime. De acordo com Héglio Trindade (TRINDADE, 1981), na AIB se interpenetravam a influência do modelo de referência externo do fascismo europeu com as condições favoráveis existentes no processo histórico brasileiro do período.

Os militares e a política no Brasil dos anos 1930

A partir de 1934, com a adesão de Prestes ao comunismo, “o PCB mudou também seu comportamento diante dos ex-tenentes e abriu suas portas para os militares que afluíram em grande número ao Partido” (RODRIGUES, 1981: 370). Concomitante a este fato, as novas orientações dadas ao partido através do VII Congresso da Internacional Comunista, realizada em Moscou em julho de 1935, acabaram impondo uma mudança radical aos demais partidos comunistas, a saber, a tática da “frente única” – que enfatizava a luta eleitoral e o respeito às regras do jogo democrático. No Brasil, a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) (VIANNA, 2003: 82) enquadrava-se nesta nova orientação, na medida em que a nova agremiação deveria reunir as “forças democráticas” capazes de impedir o avanço dos integralistas. No entanto, embora

considere-se moderada essa nova orientação, ela resultou, no caso brasileiro, nos levantes de novembro de 1935:

[...] a adesão dos militares ao PCB, especialmente tenentes e capitães, alguns com ampla experiência de luta armada, outros em comando de tropas, abriu para o PCB uma possibilidade insurrecional que não estava à disposição da maioria dos partidos comunistas de outros países. Assim, as modificações ocorridas na composição social do Partido parecem ser o fator determinante na opção pela via insurrecional e nas características de 'quartelada' que o levante adquiriu (RODRIGUES, 1981: 375-376).

Como bem observa Marly Vianna, apesar da participação dos comunistas a insurreição não teve sequer um caráter socialista. Levando em conta que a plataforma do movimento era a dos tenentes (luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia) as revoltas de novembro “foram frutos diretos da insatisfação que reinava nos meios políticos e, em especial, entre os militares” (VIANNA, 2003: 84). Todavia, tais eventos tiveram diferenças significativas em seu conjunto: “o de Natal, desencadeado pela revolta de militares subalternos do 21º Batalhão de Caçadores (BC), contou com ativa e ampla participação popular; o de Recife, desencadeado pela direção regional do PCB, tentou arregimentar a população civil sem maior sucesso; os do Rio, decididos por Prestes, foram principalmente levantes de quartel” (VIANNA, 2003: 102).

Leôncio Martins Rodrigues assinala que o Partido, desde a sua fundação, foi marcado pela instabilidade, cisões, querelas pessoais, mudanças sucessivas na atuação política e nas táticas a serem seguidas. Outro problema grave condizente com a estrutura do PCB residia na falta de experiência partidária da maior parte dos dirigentes e, igualmente, na elevada taxa de rotatividade de seus dirigentes (afastamento/expulsões). Não só: para além da repressão policial que se abateu sobre os militantes de esquerda no Brasil a partir do que se convencionou chamar de “Intentona Comunista”⁴, o Partido

⁴ “Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que foram apropriados e utilizados para consolidar as representações do comunismo como um fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem à formação de uma verdadeira lenda negra em torno da ‘Intentona Comunista’. O levante foi apresentado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas” (MOTTA, 2002b: 192).

não obteve êxitos de maior relevo também em virtude de sua “ideologia partidária, seus objetivos revolucionários, suas vinculações internacionais, [que] entravam em choque com os valores, instituições e classes dominantes da sociedade brasileira, colocando o PCB numa situação de permanente clandestinidade ou semiclandestinidade” (RODRIGUES, 1981: 382).

Em linhas gerais, como compreender o significado do “ser comunista” no período em exame? Falar em “cultura comunista” implica relacioná-la a uma determinada visão de mundo, “compartilhada por todos aqueles vinculados a uma tradição que se consolidou com a vitória da Revolução Russa de 1917 e se identificou com o modelo de sociedade que foi implantado na URSS”. Embora reconheça a existência de diferentes modalidades de abraçar a causa comunista, bem como diferentes níveis de inserção na estrutura partidária, Dulce Pandolfi advoga que “entrar para um partido comunista é, sobretudo, adotar o ‘espírito do partido’. Pressupõe um envolvimento não apenas político, mas também existencial” (PANDOLFI, 1995: 35-36). No limite, ser comunista “[...] significava abandonar, para sempre, uma vida sem certezas, fragmentada, incoerente e conduzida passivamente pelos acontecimentos de uma realidade ininteligível para ter o domínio absoluto sobre o seu próprio ser e libertar os povos da escravidão econômica, da opressão política e da miséria” (FERREIRA, 2002: 68).

Em seu relato autobiográfico, o ex-tenente Apolônio de Carvalho chama atenção para o número reduzido de voluntários brasileiros, “não mais que uma vintena de combatentes, dispersos por frentes e armas”. Não obstante, o autor enfatiza o caráter homogêneo e politicamente engajado do grupo – “na ANL, todos, no PC, um terço” (CARVALHO, 1997: 122-123). Como as fontes indicam, a relação de voluntários brasileiros que lutaram a favor do campo republicano – uma frente reunindo socialistas, democratas e comunistas, contando com o apoio instável dos anarquistas – é a seguinte⁵: 1) Alberto Bomilcar Besouchet; 2) Apolônio de Carvalho; 3) Carlos da Costa

⁵ “A esse conjunto de combatentes brasileiros deve ser acrescentado alguns nomes de oficiais voluntários que não chegaram contudo a pegar em armas pela Espanha republicana, são eles: o major Alcedo Cavalcanti, ex-professor do Estado-Maior do Exército brasileiro e provisoriamente exilado no Uruguai, os oficiais Celso Tovar Bicudo de Castro e Paulo Machado Carrión e o tenente aviador Carlos Brunswick França, todos participantes do movimento aliancista. Os três primeiros não chegaram a ir para a Espanha: em Paris desentenderam-se com as autoridades espanholas e voltaram para o Uruguai; o tenente França foi à Espanha, mas não chegou a combater, pois as autoridades militares já estavam retirando os pilotos estrangeiros” (ALMEIDA, 1999: 55).

Leite; 4) David Capistrano; 5) Delcy Silveira; 6) Dinarco Reis; 7) Eny Silveira; 8) Hermenegildo de Assis Brasil; 9) Homero de Castro Jobim; 10) Joaquim Silveira dos Santos; 11) Jorge Enéas de Andrade; 12) José Gay da Cunha; 13) José Homem Correia de Sá; 14) Nelson de Souza Alves; 15) Nemo Canabarro Lucas; 16) Roberto Morena.

A seguir, alguns dados preliminares a respeito dos dois voluntários brasileiros que farão parte do nosso escopo de análise⁶:

Apolônio de Carvalho (1912): preso em Bagé, onde servia como tenente, por sua militância na ANL, foi transferido para o Rio e expulso do exército no início de 1936. Apolônio sai da cadeia em junho de 1937 e em menos de quinze dias se filia ao PCB e decide ir lutar na Espanha. Viaja clandestino até a Bahia e lá obtém um passaporte brasileiro legal. Embarca no navio “Bagé”, desce no Havre, se apresenta em Paris, é encaminhado para Perpignan onde recebe um passorte espanhol. Entra na Espanha ainda em julho de 1937 e é designado para servir no Exército Republicano. Combateu em várias frentes, chegando a assumir funções de coronel comandando uma bateria⁷.

José Gay da Cunha (1911): tenente de aviação, sem militância política, mas envolvido no movimento na Escola de Aviação Militar em novembro de 1935, é expulso das forças armadas e preso. Saindo da prisão em 1937, viaja clandestinamente para o Uruguai, de lá para a Argentina e em seguida para a Espanha, onde chega em março de 1938, tendo passado a fronteira com Hermenegildo de Assis Brasil, Homero Jobim, Nelson de Souza Alves e os irmãos Eny e Delcy Silveira. Em abril de 1938 é integrado a um batalhão republicano, tendo participado de diversos combates contra as forças franquistas, inclusive da ofensiva do Ebro⁸.

⁶ Este levantamento prévio baseia-se nas pesquisas realizadas por Nélie Sá Pereira e por Paulo Roberto de Almeida. Nélie Sá inclusive teve o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) na pesquisa intitulada “Apolonio de Carvalho (1937-1947) e a participação na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa”. Agradeço a ambos pelo estímulo para a realização do presente trabalho, especialmente pela permissão que me concederam no uso livre de seus dados de campo.

⁷ CARVALHO, Apolônio de. Entrevista concedida a Nélie Sá Pereira, Daniel Aarão Reis Filho, Alvaro Caldas. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1986.

⁸ CUNHA, José Gay da. Questionário elaborado por Paulo Roberto de Almeida. São Paulo, 7 de novembro de 1979.

Os voluntários brasileiros: história e historiografia

Um dos obstáculos postos à pesquisa certamente refere-se à escassez de estudos concernentes às modalidades individuais de participação dos brasileiros na Guerra Civil Espanhola.

O pesquisador Paulo Roberto de Almeida, pioneiro neste campo ainda pouco explorado pela historiografia brasileira contemporânea, chama atenção para as principais dificuldades encontradas em tal empreendimento, sobretudo no que diz respeito à precariedade das fontes. Além da necessidade do uso de depoimentos orais, o autor sublinha a importância de pesquisas adicionais em arquivos e fundos documentais oficiais, vinculados às instituições militares e às chancelarias dos países envolvidos (ALMEIDA, 1999: 40). Trabalhando no final dos anos 1970 com a coleta de depoimentos orais e escritos junto aos ex-combatentes brasileiros e suas respectivas famílias, Paulo Roberto de Almeida, num artigo bem posterior, ainda detectaria a presença de “pontos obscuros” neste capítulo importante do movimento comunista brasileiro: “[...] como aqueles relativos às relações dos comunistas brasileiros com os ‘agentes de Moscou’ e, mistério dos mistérios, o desaparecimento na Espanha de um desses brasileiros de esquerda considerados ‘traidores’, pois que vinculado, aparentemente, aos ‘trotskistas’ do POUM [Partido Operário de Unificação Marxista]” (ALMEIDA, 1999: 37)⁹.

No que diz respeito ao número reduzido de voluntários brasileiros, o autor pondera que alguns fatores explicativos podem ser apontados, como, por exemplo, a repressão que se seguiu logo após os levantes de novembro de 1935¹⁰ – fato que enfraqueceu ainda mais o PCB enquanto organização política – e as dificuldades financeiras. Embora reconheça a fragmentação das informações sobre o encaminhamento dos combatentes brasileiros, Paulo Roberto de Almeida identifica duas

⁹ Na esteira do relato do escritor George Orwell, o POUM fazia oposição ao stalinismo e, por conseguinte, pretendia modificar alguns pontos da doutrina marxista (ORWELL, 1967: 64).

¹⁰ “Perder a patente de militar era, do ponto de vista material e emocional, um grande choque. Ser expulso da carreira era perder todos os benefícios, não receber mais salário, nem ter a perspectiva de reintegração à tropa a curto ou médio prazo, o que era um pesado fardo para muitos, principalmente para os de origem humilde que tinham de se sustentar, como David Capistrano da Costa e José Homem Correia de Sá. Outros ainda ajudavam financeiramente a família, como Apolonio de Carvalho e Nelson de Souza Alves” (BATTIBUGLI, 2004: 53).

posturas básicas que mobilizaram o grupo em questão: “por um lado, o cumprimento de um dever de solidariedade e de internacionalismo proletário da parte dos militares vinculados ao PCB; por outro, a colaboração pessoal e direta em defesa de convicções políticas – no caso, a luta contra o fascismo – mas sem injunções partidárias, da parte dos voluntários não-comunistas” (ALMEIDA, 1999: 48).

Uma das contribuições de Jorge Christian Fernandez (FERNANDEZ, 2003) certamente foi ter estabelecido um paralelo entre o Brasil e a Espanha dos anos 1930. Num primeiro momento, o autor assinala que os novos arranjos entre os grupos no poder e as alterações na política interna, resultantes do impacto da crise de 1929, produziram dois eventos históricos de suma importância em ambos os países: a Revolução de 1930 no Brasil e a proclamação da Segunda República na Espanha, inaugurada em 1931.

Um outro aspecto extremamente relevante apontado pelo autor diz respeito à composição da delegação brasileira: grupos, origem, formação e atividade político-militar. Segundo Jorge Fernandez, o conjunto dos voluntários brasileiros que combateram pela República Espanhola pode ser dividido entre o grupo de voluntários militares – formado por ex-militares expulsos do Exército Brasileiro em decorrência de suas atividades políticas ligadas ao PCB ou a ANL – e o grupo de voluntários civis. Embora o primeiro grupo em questão fosse mais homogêneo, sua origem social era bastante variada. Alguns pertenciam à classe média ou média-baixa, “onde as poucas chances de ascensão social passavam necessariamente ou pela incorporação ao serviço público ou pelo ingresso nas Forças Armadas”, como foi o caso de David Capistrano da Costa, Dinarco Reis, Nelson de Souza Alves, Enéas Jorge de Andrade e José Homem Correia de Sá. Outros membros seguiram a profissão militar como continuidade da trajetória militar, como por exemplo, Carlos da Costa Leite e Apolônio de Carvalho. Uma outra parte dos indivíduos do grupo militar provinha das classes mais abastadas, ou seja, eram filhos de famílias tradicionais da sociedade, como foi o caso dos gaúchos Nemo Canabarro Lucas, Hermenegildo de Assis Brasil, Delcy Silveira, Homero de Castro Jobim e José Gay da Cunha (FERNANDEZ, 2003: 82-83).

Em linhas gerais, o grupo em apreço obteve sua formação em um ambiente militar profundamente marcado pela efervescência política dos anos 1920 e 1930:

[...] foi na Escola Militar do Realengo que os jovens cadetes tomaram um contato mais direto e amplo com as ideias políticas que estavam em discussão naquele tempo. Vivendo numa atmosfera técnica e ‘científica’, dado o paradigma do profissionalismo militar, os estudos e as leituras complementares ocupavam boa parte do dia dos cadetes. Seja pela influência dos mestres ou dos colegas, a questão é que existia um ambiente propício para a discussão política e, consequentemente, para a tomada de consciência política e social (FERNANDEZ, 2003: 90)¹¹.

Uma das questões centrais que permeiam o trabalho do autor pode ser resumida da seguinte maneira: por que tão poucos brasileiros chegaram até a Espanha, considerando-se que havia tantos ex-militares de esquerda gravitando próximo ao PCB? Além de destacar os problemas envolvendo as condições precárias de funcionamento do Partido, sobretudo a falta de recursos monetários, Jorge Fernandez defende a hipótese de que provavelmente a agremiação tenha colocado em segundo plano a contribuição com a luta na Espanha. Ademais, os militantes de esquerda ainda nutriam esperanças de poder reverter o golpe recebido do governo Vargas.

Outro autor que se empenhou no estudo da esquerda militar brasileira, notadamente a partir de sua participação no contexto da Guerra Civil Espanhola, foi o historiador José Sebe Bom Meihy¹². Sua proposta em trabalhar com as técnicas de história oral à luz da historiografia sobre o tema confere relevo a aspectos ainda pouco explorados pelos pesquisadores interessados em avaliar as relações existentes entre os setores da vida intelectual brasileira – como artistas, jornalistas e militares – e a sua possível sintonia com movimentos políticos internacionais.

O diálogo profícuo que o historiador estabeleceu com “oralistas” mexicanos do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH) permitiu levantar uma primeira

¹¹ Em entrevista a Marly Vianna, José Homem Correia de Sá – na ocasião cabo da Aeronáutica, e que teria papel de destaque na insurreição de novembro – relativiza um pouco essa questão tomando como base a Escola de Aviação Militar (EAM), ao chamar atenção para o baixo grau de politização nos quartéis: “[...] ‘Nada de política de classe. Nossa vivência política não era propriamente de Partido, mas contra as injustiças. Sabíamos que havia coisas erradas no país e desenvolveu-se um sentimento revolucionário-patriótico entre nós. E dentro da tradição que havia no Exército, isso foi encaminhado para um golpe. Nós éramos a continuação do tenentismo, dando mais importância ao aspecto social do imperialismo’” (VIANNA, 2007: 218).

¹² A exposição crítica que fazemos ao trabalho de José Meihy refere-se apenas às diretrizes que nortearam seu projeto intitulado “A esquerda militar brasileira a caminho da Guerra Civil Espanhola” (MEIHY, 2005: 228-258), que está em anexo à obra anteriormente citada. Recentemente o autor publicou os resultados desta pesquisa no livro *A revolução possível: história oral de soldados brasileiros na Guerra Civil Espanhola*. 1ª. ed. São Paulo: Xamã, 2009.

questão que evoca os vínculos entre a América Latina e as ex-metrópoles: “Como explicar, por exemplo, que, da América Latina, grupos oprimidos, elementos da elite intelectual, militares de esquerda ousassem participar de um drama nacional ‘alheio’ a suas relações imediatas?” (MEIHY, 2005: 231). Para o autor, os antagonismos envolvendo, de um lado, a opinião das esquerdas e, de outro, as vozes oficiais dos governos, despertou atenção além das fronteiras das histórias nacionais. E o Brasil não fugiu à regra, pois, logo após os levantes de novembro de 1935, o governo de Vargas “estava empenhado na oposição à esquerda, em particular na negação dos valores propagados pela então União Soviética” (MEIHY, 2005: 231). Com efeito, criou-se no Brasil uma “engenharia noticiosa” com o intuito de reorganizar as informações, “instruindo-as com teor ideológico, para fomentar a ideia de que as esquerdas, em qualquer lugar do mundo, eram inconsequentes e desastrosas” (MEIHY, 2005: 236)¹³.

Em seguida, José Meihy critica de maneira contundente um olhar carregado sobre o papel de Vargas no período em questão, na medida em que anularia “[...] o envolvimento do país nas causas amplas”, ou seja, na “internacionalização dos problemas políticos” (MEIHY, 2005: 234). Em síntese, a partir dos testemunhos/motivações pessoais, sua análise propõe perceber como se configuram as relações entre indivíduo/sociedade, melhor dizendo, os vínculos entre o “amplo” e o “específico”. Para tanto, o autor realizou uma série de entrevistas com os cinco militares brasileiros sobreviventes: José Homem Correia de Sá, Apolônio de Carvalho, Homero de Castro Jobim, Delcy Silveira e Nelson de Souza Alves. Utilizando o conceito de “comunidade de destino” – motivo central que identifica a reunião de pessoas com algumas características (MEIHY, 2005: 260) – Meihy intenta compreender/explicar o que sustentou a unidade do grupo, tomando como ponto de partida três níveis de abordagem: vida privada/carreira militar/intersecção dessas duas dimensões. Três elementos centrais foram responsáveis por aglutinar os voluntários pesquisados, a saber,

¹³ Valendo-se do jornal *O Estado de São Paulo* como fonte de pesquisa histórica, João Henrique Botteri advoga que desde 1931 não só este jornal como toda imprensa falada ou escrita sofria alguma forma de intervenção do governo Vargas. Após 1937, tanto no caso específico do jornal paulista como também em outros grandes jornais da época, o governo chegou a manter dentro da redação um censor que o representasse (NEGRÃO, 2005: 58). Para além do uso das imagens da Guerra Civil Espanhola como instrumento político, o periódico em questão e o governo Vargas buscaram reforçar a imagem de que os comunistas representavam o “mal” e a “desagregação da civilização” (NEGRÃO, 2005: 87).

a Escola Militar do Realengo, adesão aos levantes de 1935 e, igualmente, a prisão na Casa de Correção.

Bibliografia:

ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS. *La Solidariedad de los Pueblos con la Republica Española, 1936-1939*. Moscu: Progreso, 1974.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, pp. 35-66.

BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BELOCH, Israel, *et al.* *Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 1930-1983*. vol. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (Trad. Marco Aurélio Nogueira). 2ª ed. (revista e ampliada). São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____; MATEUCCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco (orgs.) *Dicionário de Política* (Trad. Luis Guerreiro Pinto Cacais). Brasília: Ed. UnB, 1986.

CARVALHO, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1978, tomo III, vol. 2.

CUNHA, José Gay da. *Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola* (Trad. Márcio Suzuki). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FERNANDEZ, Jorge Christian. *Voluntários da Liberdade: militares brasileiros nas Forças Armadas Republicanas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. São Leopoldo: Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, 2003.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

_____; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições, 1889-1945*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX* (Trad. Roberto Leal Ferreira). São Paulo: Siciliano, 1995.

HOBBSBAWM, Eric J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos* (Trad. João Carlos Vitor Garcia e Adelangelaga Saggioro Garcia). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A revolução possível: história oral de soldados brasileiros na Guerra Civil Espanhola*. 1ª. ed. São Paulo: Xamã, 2009.

_____. *Manual de história oral*. 5ª ed. (revista e ampliada). São Paulo: Loyola, 2005.

_____; BERTOLLI, Claudio. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Ática, 1996.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002a.

_____. A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*. Rio de Janeiro: Departamento de História UFF, 2002b, vol. 7, nº. 13.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, nº. 10, 1993.

ORWELL, George. *Lutando na Espanha e o ensaio: recordando a guerra civil* (Trad. Affonso Blacheyre). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____(org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. pp. 03-15.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral* (Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago). São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: Departamento de História UFF, 1999, vol. 1, nº 2. pp. 59-67.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e*

abusos de história oral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 104-130.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981.

ROMERO SALVADÓ, Francisco José. *A Guerra Civil Espanhola* (Trad. Barbara Duarte). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Andrea Paula dos. *A esquerda das forças armadas brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) – USP, 1998.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Os fascismos. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. 4ª ed. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

THOMAS, Hugh. *A guerra civil espanhola* (Trad. James Amado e Helio Polvora). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

VERÍSSIMO, Érico. *Saga*. 8ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 e o apogeu do Estado Novo*. O Brasil Republicano, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VILAR, Pierre. *A guerra da Espanha, 1936-1939* (Trad. Regina Célia Xavier). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.